

AS CONFERÊNCIAS ESCOLARES PELO MEIO AMBIENTE NO CONTEXTO DAS ESCOLAS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE/RS

Felipe Alonso dos Santos[1]
Débora Souza Goulart[2]
Karine Ferreira Sanchez[3]
Lidiane Fonseca Dutra[4]

Círculo de Saber: 01- Políticas Educacionais e Educação do Campo

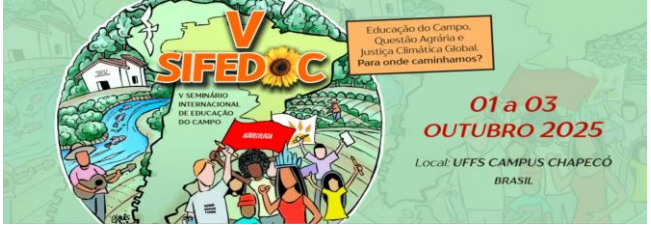
Resumo: O presente texto relata as conferências escolares pelo meio ambiente, ocorridas nas escolas do campo do município de Rio Grande/RS, bem como sua participação na Conferência Municipal, no corrente ano de 2025. E realiza a interlocução destes movimentos escolares com bibliografia, legislação e proposta do Ministério da Educação e Cultura (MEC) no que diz respeito ao fomento da VI Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente - Vamos transformar o Brasil com Educação e Justiça Climática. Quinze escolas do Campo estiveram neste processo trazendo diferentes problemáticas ambientais, tencionando as questões da emergência climática, e reconhecimento de seu entorno, viabilizando a conexão local/global. A interlocução teórica foi realizada com legislação pertinente ao tema, e diálogos com autores. A metodologia do estudo partiu da revisão dos materiais e experiência presencial nos eventos em questão. Fica evidente, neste estudo, a relevância do protagonismo estudantil e das comunidades do campo na democratização da informação de qualidade, na atualização de conhecimento científico, vinculando-os aos seus saberes e vivências locais. Assim como seu poder de voz na luta, reivindicação e relatos de experiência, especialmente em relação às tragédias vividas em suas localidades, ocasionadas pelo desequilíbrio climático e injustiça ambiental.

Palavras-chave: Conferências; Escolas do Campo; Protagonismo Estudantil.

Introdução

Este trabalho é proposto por professores (as) da Secretaria de Município da Educação do Rio Grande/RS, e pretende relatar e refletir sobre os resultados da participação das escolas do Campo na Conferência Municipal Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, proposta e realizada pela Secretaria de Município da Educação – SMEd, que ocorreu no município de Rio Grande, no dia 4 de julho de 2025. O

[1] Mestre em Educação Ambiental.SMEd Rio Grande/RS. E-mail: felipetutoria@gmail.com.
[2] Especialista em Escola da Terra: Educação de Comunidades Campesinas, Quilombolas e Indígenas. SMEd Rio Grande/RS E-mail: deboragoulart06@gmail.com
[3] Doutora em Educação Ambiental. SMEd Rio Grande/RS. E-mail:karineferreirasanchezrs@gmail.com
[4] Mestra em Educação Ambiental. SMEd Rio Grande/RS. E-mail: lidianefonsecadutra@gmail.com

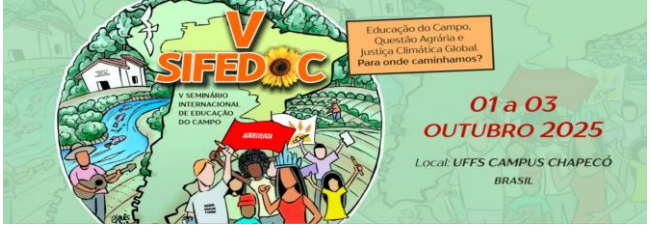


evento envolveu plenárias de vinte e oito escolas públicas de educação básica e mais de 30 projetos sobre temas ambientais, especialmente a questão climática, além de diversos estandes científico-educativos de projetos universitários e Mostras Artísticas. A proposta pretendeu ser parte e fomento para a VI Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente – CNIJMA, proposta pelos Ministérios da Educação (MEC), o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) do Governo Federal, cujo Tema central é “Vamos transformar o Brasil com Educação e Justiça Climática”. As Conferências escolares e municipais, nesse contexto, têm como critérios a partilha, a democracia e o protagonismo estudantil.

Defende-se aqui que este trabalho está em total conexão com o eixo orientador deste Seminário: “Educação do Campo, Questão Agrária e Justiça Climática Global. Para onde caminhamos?”, por trazer as vozes do campo através das escolas, fato enfatizado pela tragédia das enchentes do Rio Grande do Sul, em 2024, que assolou nossas comunidades e escolas, em especial as que se localizam em nossas Ilhas.

O objetivo central deste relato, portanto, é apresentar o desempenho e o protagonismo das escolas do campo do município de Rio Grande nas Conferências – escolares e municipal. A participação destas escolas foi muito significativa, como costuma ser em Projetos Ambientais propostos pela Secretaria, outros órgãos institucionais ou mesmo emergindo da própria comunidade. Nossa hipótese é a constatação de que as escolas do campo deste município aprofundaram e atualizaram suas atividades nas temáticas ambientais, movimento que tende a ser perene em nosso contexto histórico.

O município de Rio Grande/RS localizado no litoral Sul do Rio Grande do Sul é considerado uma península por estar cercado de água por quase todos os lados, excetuando-se o caminho em terra para o Município de Santa Vitória do Palmar, e daí para o Uruguai. Cercado pelo Oceano Atlântico, Laguna dos Patos, Saco da Mangueira, Lagoa Mirim, Canal São Gonçalo, e permeado ainda pelo bioma Pampa, o município apresenta uma natureza selvagem diversa, e tem na agricultura em larga escala, agricultura familiar e pesca artesanal importantes subsídios



econômicos de diversas comunidades. São principalmente nesses locais que estão inseridas nossas escolas do Campo.

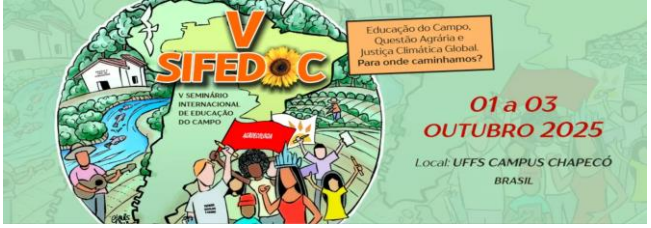
Quinze escolas do campo realizaram suas conferências escolares e estiveram presentes no evento municipal, sendo que nem todas contemplam a modalidade de Anos Finais, público alvo da Conferência Nacional. Foi, portanto, com muita satisfação que averiguou-se o avanço de uma escola do campo para a Etapa Estadual da Conferência. A EMEF em Tempo Integral Sylvia Centeno Xavier, localizada na Ilha dos Marinheiros, foi uma das três escolas selecionadas pelo Comitê Estadual, no município de Rio Grande.

Além dela participaram desse processo de mobilização as seguintes escolas do campo: EMEF Alba Olinto, EMEF Aurora Cadaval, EMEF Maria Angélica, EMEF Franklin Roosevelt, nas proximidades da Reserva Ecológica do TAIM; EMEF Argemiro Dias de Lima na localidade da Palma; EMEF Luiza Tavares, na localidade do Barro Vermelho-Povo Novo; EMEF Cristóvão Pereira de Abreu, na Ilha da Torotama; EMEF Olavo Bilac, EMEF Coriolano Benício, e EMEF Antonio Carlos Lopes, na localidade da Quinta; EMEF Liberato Salzano, na localidade do Arraial, e EMEF Renascer EMEF Apolinário Porto Alegre e EMEF Coração de Maria, na Ilha dos Marinheiros.

O estudo justifica-se por pesquisar e aprofundar as percepções das atividades em questão - conferências, o que proporciona qualificar as próximas propostas da Secretaria de Educação – SMEd, desta cidade, bem como valorizar os processos de ensino-aprendizagem e de democratização de saberes científicos, de valor imediato, nas comunidades do campo.

Metodologia

Este relato de experiência utilizou a análise das Conferências Escolares e das plenárias da Conferência Municipal, no que se refere às escolas do Campo. Esse caminho foi feito a partir da participação presencial nos eventos citados, bem como o



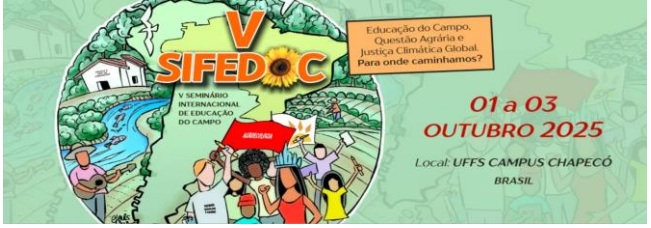
estudo dos projetos enviados, fotos e vídeos. Daí foi possível avançar o discurso na interlocução com autores referenciais da educação do campo.

Fundamentação

A ampla participação do campo, nesse tipo de proposta, como já supracitado, não é novidade. No ano de 2019, onze escolas do campo participaram da Conferência Municipal Infanto-juvenil de Educação Ambiental – Pertencer é Preciso, envolvendo também a modalidade da Educação Infantil. E trouxe grande diversidade de temas em seus projetos, já que estes deveriam partir da observação do bairro/entorno. Em 2019 a participação do campo se deu nas seguintes escolas: EMEF Alba Olinto, EMEF Aurora Cadaval, EMEF Franklin Roosevelt, nas proximidades da Reserva Ecológica do TAIM; EMEF Argemiro Dias de Lima na localidade da Palma; EMEF Luiza Tavares, na localidade do Barro Vermelho-Povo Novo; EMEF Cristóvão Pereira de Abreu, na Ilha da Torotama; e EMEF Renascer, EMEF Apolinário Porto Alegre, EMEF Coração de Maria e EMEF Sylvia Centeno Xavier, na Ilha dos Marinheiros, além da EMEF Alcides Maia, na localidade do Capão Seco.

A Conferência de 2025, no entanto, propunha uma temática específica, por estar conectada à Conferência Nacional, qual seja, a Justiça Climática. Diversas foram as abordagens e metodologias que professores(as) e estudantes utilizaram para pesquisa e aprendizagens deste assunto emergente e urgente tanto local como globalmente.

As emergências ambientais e climáticas têm transformado a natureza e as relações de tal forma acelerada que desatualizam paisagens e saberes atropeladamente. Isto é, as relações humanas e com o meio que estabelecemos antes não são mais possíveis. A globalização tanto no mercado, quanto na cultura tem encharcado e homogeneizado comunidades e localidades outrora diferenciadas, únicas. Isso nos remete a uma necessidade básica: a de democratizar ainda mais as



informações e soluções dos problemas, a praticar a escuta ativa, atenta e humilde, a saber de que distintas formas o novo chega nos diferentes locais. Ribeiro traz que:

> O que evidencia as identidades camponesas é a forma do trabalho com a terra, estabelecendo modos de produção e materialização da existência no espaço do campo, ou seja, a sua relação com a natureza ancorada em saberes tradicionais, diferente do modo de produção no modelo urbano.RIBEIRO, 2023, p.4.

Ao perceber as mudanças no campo, ocasionadas pelas emergências ambientais que também assolam o espaço urbano é preciso, mais do que nunca, promover mitigação e soluções, costurando os saberes locais com os globais para possibilitar os melhores recursos em busca do bem comum e da preservação ambiental local. Sob ameaça, de que em um futuro próximo as populações do campo podem não mais existir nesse formato ou perder, por completo, sua identidade.

É notável que muitas das escolas do Campo estavam nos dois eventos (2019 e 2025), o que constata um comprometimento das gestões escolares e docentes em relação aos projetos e atividades de Educação Ambiental. Felizmente o número de participantes aumentou, passados seis anos e um contexto pandêmico de pelo menos dois anos, neste ínterim.

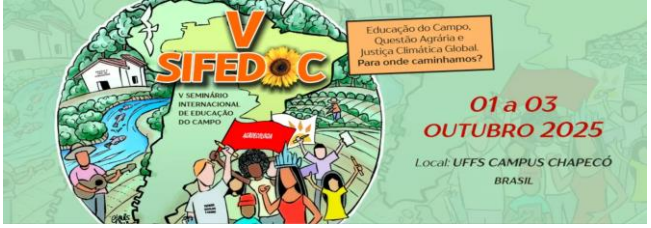
Nesse sentido as escolas do campo estão em consonância com a Lei 14.926/24, que:

> Altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, para assegurar atenção às mudanças do clima, à proteção da biodiversidade e aos riscos e vulnerabilidades a desastres socioambientais no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental. (BRASIL, 2024)

Ainda, em seu Artigo 5º, Inciso VIII, a mesma lei demanda:

> O estímulo à participação individual e coletiva, inclusive das escolas de todos os níveis de ensino, nas ações de prevenção, de mitigação e de adaptação relacionadas às mudanças do clima e no estancamento da perda de biodiversidade, bem como na educação direcionada à percepção de riscos e de vulnerabilidades a desastres socioambientais. (BRASIL, 2024)

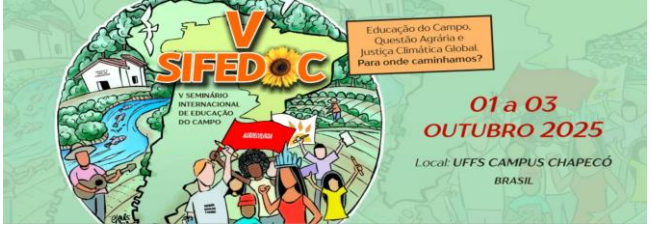
Em apêndice neste trabalho encontra-se tabela referente às Conferências que aconteceram nas escolas do campo entre os meses de maio e agosto de 2025. As



localidades atingidas pela enchente de 2024 trabalharam fortemente o problema, dando voz às crianças, comunidade e lideranças do bairro. As demais localidades apresentaram outras problemáticas, todas vinculadas, direta ou indiretamente, à crise climática. É notável que as diferentes modalidades participantes: Educação Infantil, Anos Iniciais e Anos Finais adequaram os temas às metodologias viáveis e efetivas para as crianças e adolescentes, graças ao trabalho didático das professoras e coordenadoras envolvidas. Em sua maioria as escolas apresentaram, além de pesquisas e dados de utilidade pública, trabalhos artísticos sobre as questões abordadas. O principal critério da conferência, reservada a viabilidade da ação e atividade das crianças, foi respeitado: o protagonismo estudantil. A grande pérola deste movimento foi testemunhar os alunos (as) empoderados do que estudaram, apresentando com segurança e conhecimento de causa seu saber científico e a problematização social vivida, sentida e ouvida de sua comunidade.

Nesse sentido os resultados das conferências estão condizentes com a afirmação de Diana Ribeiro, quando diz que: “A educação do campo é uma experiência cuja concepção visa articular ações coletivas para se pensar o local, a cultura e ancestralidade das populações do campo, em um movimento cotidiano de luta e resistência” (RIBEIRO, 2023, p.16).

Já o protagonismo da comunidade escolar, liderado pelas professoras e coordenadoras, no movimento que aqui relatamos, honra uma educação não bancária. É origem e destino de uma educação escolar que privilegia a vida real, ativa os sentidos, ajuda a ler a si mesmo no mundo, desocupa o lugar de coadjuvância da ciência e dos acontecimentos. Então: “Promovendo uma educação que, utilizando o ideal de Paulo Freire, vá além de ensinar pessoas a apenas lerem e repetirem palavras, as co-ensinem a lerem criticamente o seu mundo” (RIBEIRO, 2023, p.9).



Escolas do Campo participam da Conferência Municipal

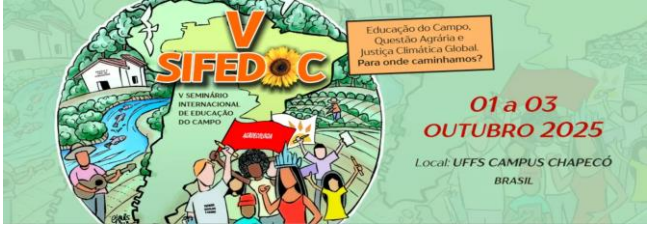


Montagem: os autores, acervo pessoal, 2025.

Conclusão

O aumento da participação dessas escolas na Conferência, no corrente ano, assim como a autonomia das comunidades escolares no processo, demonstra uma incorporação, cada vez maior, das temáticas ambientais no currículo do campo.

Em comparação a outros projetos ambientais apresentados nos últimos anos pelas escolas, como os movimentos acerca do “Junho Ambiental”, a Conferência Municipal de 2019, e parcerias com outros órgãos, é possível afirmar que há uma atualização constante e suave nas temáticas elencadas pelas escolas, muito positiva na superação de temas mais tradicionais, que findam em si mesmos, como a questão dos resíduos sólidos. A proposição de uma temática específica, Justiça Ambiental, neste ano de 2025, não engessou, nem impediu a participação das escolas do campo, e sim colaborou na profundidade de estudos e relações, na



criatividade dos métodos trabalhados e no percebimento das comunidades escolares em relação ao seu entorno com olhar mais atento à questão global.

Portanto, a hipótese apresentada, qual seja: a constatação de que as escolas do campo deste município aprofundaram e atualizaram suas atividades nas temáticas ambientais foram confirmadas, movimento que deve ser permanentemente fomentado e valorizado pelas gestões escolares e municipal. Cabe dizer também que as comunidades do campo por necessitarem de um aporte escolar diferenciado dos bairros urbanos, deve permanecer em constante diálogo, em busca de uma educação integral que faça sentido, imediato e a longo prazo, às suas vidas. Nesse sentido, o debate ambiental adentra o currículo escolar com a importante função de permanecer, tal como a escola, sempre vivo.

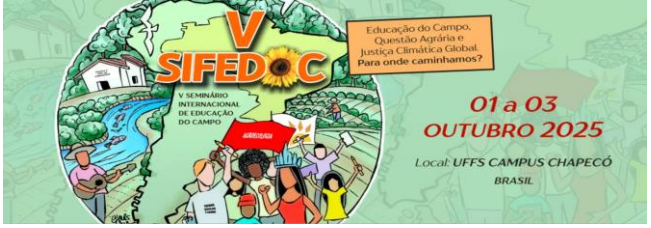
Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. **Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA).** Brasília, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cnijma. Acesso em 28 de julho de 2025.

BRASIL. Lei 14.926/2024. Altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, para assegurar atenção às mudanças do clima, à proteção da biodiversidade e aos riscos e vulnerabilidades a desastres socioambientais no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14926.htm. Acesso em 28 de julho de 2025.

Prefeitura municipal do Rio Grande. Secretaria de município da educação. **Pertencer é preciso: Relatório da 1ª conferência municipal infantojunvenil de educação ambiental** . Rio Grande: SMED, 2020. Disponível em: https://www.riogrande.rs.gov.br/smed/wp-content/uploads/2023/05/Relatorio-CMI-EA-1.pdf. Acesso em 28 de julho de 2025.

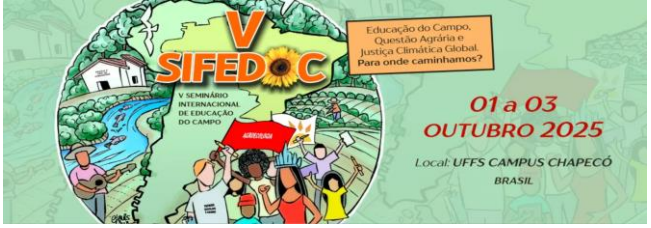
RIBEIRO, Diana da Silva; EULINA, Maria Leite Nogueira. **Educação do Campo: Movimento e Resistência**. Alagoas. Debates em Educação, Vol. 15 | Número 37. DOI:10.28998/2175-6600.2023v15n37pe15262, 2023. Acesso em 28 de julho de 2025.



Apêndice

A seguir tabela que apresenta a localidade de cada escola, e as temáticas trabalhadas em sua Conferência Escolar.

Escola	**Localidade**	**Temática**
EMEF Alba Anselmo Olinto	Albardão	Impactos ambientais no Albardão; Animais da Reserva Ecológica do Taim.
EMEF Antônio Carlos Lopes	Sítio Santa Cruz - Quinta	Saúde da Comunidade; Necessidade de Posto de Saúde.
EMEF Apolinário Porto Alegre	Ilha dos Marinheiros	Enchente; Problematizações do bairro.
EMEF Argemiro Dias de Lima	Palma	Problemáticas da localidade: Aterramento do Canal; Lixo; Desperdício de água; Queimadas de lixo e “limpeza” de lotes.
EMEF Aurora Ferreira Cadaval	Capilha Est.Taim	Resíduo sólido; Defasagem de coleta seletiva; Conscientização da comunidade.
EMEF Coração de Maria	Ilha dos Marinheiros	Enchente; Problematizações do bairro
EMEF Coriolano Benício	Quinta	Minimização do impacto das mudanças climáticas na comunidade
EMEF Cristóvão Pereira de Abreu	Ilha da Torotama	Plano de Contingência (Enchentes)
EMEFTI Franklin Roosevelt	Taim Km 44	Resíduo Sólido. Animais marinhos.
EMEF Liberato Salzano	Arraial de Fora	Enchente na Laguna; Prejuízos à pesca artesanal.



EMEF Prof.ª Luiza Sophia Schmidt Tavares	Est RG 180 Barro Vermelho	Descarte inapropriado de resíduos e poluição do solo; Horta escolar efetiva.
EMEF Maria Angélica Villanova Leal Campello	Taim – Km 63	Justiça Climática; Áreas de Risco
EMEF Olavo Bilac	Vila Santo Antônio Quinta	Importância da arborização para equilíbrio do Clima
EMEF Renascer	Ilha dos Marinheiros	Enchente; Problematizações do bairro
EMEF Sylvia Centeno Xavier	Ilha dos Marinheiros	Enchente; Problematizações do bairro